

Relatos da Política

Ariana Moreira Espíndola

arianae@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

BRITO, Paulo Joze Miguel de. *Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina*. Florianópolis: IHGSC, 2008.

Paulo Jose Miguel de Brito foi ajudante de ordens do governo da Capitania de Santa Catarina (1805/1817), governador e capitão geral de Moçambique e correspondente da Academia Real das Ciências. A *Memória Política da Província de Santa Catarina* foi escrita em 1816 e publicada pela primeira vez em 1829, reeditada em 1932 pela Sociedade Literaria Bibliotheca Catharinense e em 2008 pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, como uma forma de dar os devidos créditos a uma obra que teria inaugurado, juntamente com o trabalho de Miranda Ribeiro¹, uma linha da historiografia catarinense que mais tarde seria ‘desenvolvida’ por autores como Lucas Boiteux, Oswaldo Cabral, Carlos Humberto Corrêa e Walter Piazza.

O autor divide seu texto em três partes, sendo que cada parte é composta de vários *artigos* que tratam de temas diversos. A primeira parte trata da *história*, desde o descobrimento, primeiros povoadores, a criação da Capitania e colonização. Na segunda intitulada de *estatística* o autor faz primeiramente uma descrição física (posição geográfica, limites territoriais, configuração do terreno, características climáticas, de solo, hidrografia, portos), política (breve exposição sobre as vilas e freguesias) e do governo e administração pública da Capitania (em que fala da estrutura administrativa e hierárquica), seguida dos artigos a respeito da população, produção, agricultura, indústria e comércio, finanças, força militar e educação pública, caráter e costume dos habitantes. Nesta parte do livro três pontos são ressaltados pelo autor: a importância política de Santa Catarina, especialmente devido sua posição geográfica vantajosa; seu ‘atraso’ em relação a outras capitanias que se deve, em grande medida, a má administração que segundo ele persiste desde a colonização e que inibia sua capacidade,

¹ Português, Sargento-Mor, foi governador da Capitania de Santa Catarina de 1793 a 1800, autor da *Corografia da Capitania de Santa Catarina*.



quase natural, de melhoramento proporcionada tanto pelas inclinações físicas. Ou seja, bom clima, solo fértil, como pelas inclinações morais, uma vez que os homens da Capitania são laboriosos e robustos, dados a agricultura e a indústria. Vejamos um pouco mais demoradamente os assuntos tratados nos artigos da segunda parte do livro e alguns dos problemas apontados por ele.

Sobre a população o autor dispõe de alguns números populacionais, segundo ele nada muito preciso devido aos ‘atrasos’ nos meios de avaliar a população. O povoamento na Capitania ainda se restringia ao litoral, estando o sertão praticamente despovoado. Brito discorre sobre a diminuta população e aponta o número muito maior que esta poderia abrigar tendo em vista seu território e sua capacidade de produção.

O autor mostra-se convencido da generosidade da natureza para com Santa Catarina, pois esta possui “não só um excelente clima, mas também um solo fertilíssimo”, contudo essas “preciosas dádivas” parecem ter sido desprezadas tanto pelos habitantes como pelo Estado. De acordo com Brito, embora o solo seja bastante fértil, o aproveitamento dele era insipiente devido à falta de interesse da administração pública e dos métodos ultrapassados utilizados na agricultura, como por exemplo, a coivara (método de queimada) em que as primeiras sementeiras são abundantes, mas com o decorrer das colheitas o solo tende ao esgotamento. O autor fala ainda de como os métodos de colheita e produção inapropriados resultavam em um produto de baixa qualidade, como era o caso da farinha, do açúcar e do arroz.

As finanças também preocupavam o autor. A capitania, para ele, contava com uma péssima administração financeira, que contribuía para agravar a situação de pobreza de muitos habitantes. Os soldos dos militares eram pagos com irregularidade e os agricultores sofriam com os embargos de farinha que serviam para abastecer as tropas e ainda com a falta de mão de obra, uma vez que os colonos muitas vezes precisam deixar suas terras por causa do recrutamento militar. Além disso, o autor faz críticas às arrecadações feitas na Capitania que, segundo ele, deveriam ser usufruídas pela mesma, mas iam diretamente para os cofres da corte, como é o caso dos dízimos e da arrematação da pesca das baleias, ou ainda eram recolhidos aos cofres de São Paulo, como era caso dos rendimentos Reais da Vila do Rio São Francisco.

Abordando a educação, o autor descreve um quadro desanimador. Não havia na Capitania uma sociedade literária, nem colégios. Apenas um professor régio de gramática latina e algumas escolas de primeiras letras. Grande parte da população não



sabia ler, escrever ou contar, sendo que aqueles mais abastados financeiramente enviavam seus filhos para estudar na corte. O autor faz uma crítica bastante interessante a respeito de um tributo pago pela população denominado *tributo literário*, tratava-se de um imposto sobre a aguardente e a carne cujo saldo deveria ser investido na educação, mas ao que parece teve outra aplicação.

A respeito da composição social o autor a divide em três classes: a primeira trata-se dos descendentes dos primeiros habitantes da Capitania oriundos de São Vicente, os chamados paisanos; a segunda classe era composta pelos descendentes dos colonos açorianos; e a terceira por descendentes de portugueses e de outros locais do Brasil. Sobre o caráter desses homens o autor diz que eram fiéis a seu soberano, religiosos, pacíficos e hospitaleiros, e as mulheres por sua vez, eram prendadas e fecundas: “as mais polidas e civilizadas são dotadas de muita urbanidade”. Uma quarta classe, que incluía os habitantes de cor, é tratada posteriormente. De acordo com o autor os mulatos “são dotados de muita habilidade e viveza, qualidades geralmente inerentes a esta casta de gente, em consequência do cruzamento das raças de que procedem”. Dos escravos, o autor fala da sua “desgraçada condição” que os tolhe o gozo dos direitos sociais, mas são gente apta para toda qualidade de trabalhos braçal e maquinal e também possuem algumas habilidades para os ofícios mecânicos, principalmente os crioulos. Nota-se que alguns conceitos utilizados pelo autor são bastante ultrapassados, mas não podemos esquecer-nos do tempo e do lugar que nos fala Paulo Joze Miguel de Brito.

Na terceira e última parte do livro o autor discorre sobre a *importância da capitania* e propõe os *melhoramentos* para os problemas identificados no decorrer da obra nas áreas de povoamento, de agricultura, de comunicação, de indústria, de comércio, de educação pública e na renda dos habitantes. É interessante perceber que o texto traz certa ‘atualidade’ no seu conteúdo, apesar de passados quase dois séculos de sua elaboração, pois alguns problemas apontados por Paulo Joze Miguel de Brito ainda persistem.

Apesar de se tratar de uma memória, escrita por um militar português, é possível identificar no texto um método e consciência histórica, isso porque o autor não se contenta em fazer um retrato da situação em que se encontrava a Capitania. Brito discorre sobre sua atualidade recorrendo a história, elabora críticas, reflexões e propõe melhoramentos para as ‘deficiências’ encontradas. É verdade que isso se deve ao



contexto em que o autor viveu. Momento em que, apesar do hermetismo português, as ideias francesas avançavam as fronteiras européias. Além disso, apesar das constantes homenagens aos grandes homens e especialmente ao Rei, feitas ao longo do texto, aparentemente o autor teve liberdade para escrever e o mais importante, parecia acreditar na utilidade das propostas que escrevia. Surpreende-nos sua preocupação com a consulta de um “grande número e diversidade de autores tanto nacionais como estrangeiros” e na referência que faz a cada um deles.

A obra *Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina* é sem dúvida um texto indispensável aqueles que desejam estudar a história de Santa Catarina. Primeiro porque se trata de um texto base, utilizado por muitos autores catarinenses, aqueles que já leram algo a respeito da história de Santa Catarina provavelmente devem ter se deparado com uma citação de Paulo Miguel de Brito. Úteis também são as fontes citadas pelo autor, inclusive algumas dessas fontes têm trechos transcritos nas notas de rodapé, como é o caso do edital de colonização de 1746. Terceiro porque é um texto de alguém que escreve sobre algo que presenciou, trata-se de um olhar estrangeiro a cerca do desamparo administrativo em que se encontrava a Capitania e esse olhar de estranhamento, apesar de estar a serviço do Rei, não nos parece intimidado a fazer críticas e apontar problemas.

